

ASSUNTO:	Apresentação de demonstrações financeiras previsionais pelos Municípios.
Parecer n.º:	INF_USJAAL_VBH_14706/2025
Data:	26.11.2025

Pelo Município de (...) foi solicitado parecer acerca da seguinte questão:

“Após contacto com outros Municípios que estão com a mesma dúvida, venho desta forma solicitar a V. Exas., nos informem se para 2026 é obrigatório a apresentação de Demonstrações Financeiras Previsionais”.

Considerando o exposto, cumpre informar:

A Norma de Contabilidade Pública (NCP) 1, prevista no anexo II do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)), determina no seu parágrafo 17 o seguinte:

*“As entidades públicas devem ainda preparar de Demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e de Demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes”.*

Resulta, portanto, do referido disposto que, devem as entidades públicas, onde se incluem as Autarquias Locais, apresentar demonstrações financeiras previsionais.

Porém, têm as Leis do Orçamento do Estado (OE) vindo sucessivamente a dispensar esta obrigatoriedade, veja-se o previsto no n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2024:

*“Artigo 78.º*

*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas na administração local*

(...)

*2 - A elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP não é obrigatória para as entidades da administração local."*

Estamos, pois, perante uma obrigatoriedade que anualmente tem vindo a ser dispensada por sucessivos orçamentos do estado.

**Contudo, a lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que aprova a lei do orçamento do estado para o ano de 2025 não prevê esta exceção, o que implica a obrigatoriedade de as Autarquias Locais elaborarem demonstrações financeiras previsionais.**

No entendimento que as Autarquias Locais deverão em 2025 elaborar demonstrações financeiras previsionais, em complemento ao já exposto, poderá ainda ser aclarado o formato e o momento de apresentação desses documentos.

Relativamente ao formato que as demonstrações financeiras previsionais deverão adotar, atentos ao disposto no paragrafo 17 da NCP 1 quando determina "com o mesmo formato das históricas", ou seja, as demonstrações financeiras deverão apresentar montantes para o ano em efeito (ano n) e para o ano anterior (ano n-1), refira-se, no respeito de uma maior comparabilidade, validação e controlo da informação.

No que respeita ao momento para apresentação das demonstrações financeiras previsionais, apesar do disposto no paragrafo 17 não o definir, atendendo ao seu carácter previsional e à sua utilidade enquanto ferramenta de apoio à gestão financeira das autarquias, é nosso entendimento que seria extemporânea a sua apresentação aquando da prestação de contas, porquanto a sua utilidade previsional ficaria comprometida. Assim, o momento para a sua elaboração e apresentação deverá ocorrer aquando da elaboração dos documentos previsionais da autarquia.

#### **Em conclusão,**

1. A Lei do Orçamento do Estado para 2025 (Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro), ao não manter a exceção prevista no artigo 78.º da Lei do Orçamento do Estado para 2024 (Lei n.º 82/2023), determina o dever das autarquias locais, a partir do exercício de 2025, de elaborarem demonstrações financeiras previsionais.

2. Por força do parágrafo 17.º da NCP 1, as demonstrações financeiras previsionais devem adotar o formato das demonstrações financeiras históricas, pelo que se exige a inclusão de montantes comparativos (n e n-1), garantindo-se assim a devida comparabilidade e controlo da informação.

3. Não obstante a ausência de definição expressa no parágrafo 17.º da NCP 1 do momento em que deve ocorrer a apresentação das demonstrações financeiras previsionais, o seu carácter eminentemente previsional e a utilidade estratégica destas demonstrações como ferramenta de apoio à gestão, impõem que a sua elaboração e apresentação se efetive em simultâneo com a dos documentos previsionais da autarquia (Orçamento e as Grandes Opções do Plano). A sua apresentação no momento da Prestação de Contas seria extemporânea, comprometendo a sua função como instrumento de planeamento e controlo prospetivo.